



DINÂMICA DE GASTOS EM OPERAÇÕES HUMANITÁRIAS PELAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

EXPENSES DYNAMICS IN HUMANITARIAN OPERATIONS BY BRAZILIAN ARMED FORCES

Raphael Sepulveda Barino

Universidade de São Paulo – USP, Brasil
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6148-9311>
E-mail: raphaelbarino@hotmail.com

Claudia Brito da Cunha

Universidade de São Paulo – USP, Brasil
Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-2704-8277>
E-mail: claudiabritodacunha@gmail.com

Sérgio Luís Tavares

Universidade da Força Aérea Brasileira, Brasil
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9094-5574>
E-mail: sergiolutav@gmail.com

Submetido: 30 out. 2023.

Aprovado: 7 dez. 2023.

Publicado: 12 dez. 2023.

E-mail para correspondência:

raphaelbarino@hotmail.com

Resumo: A constante recorrência de crises humanitárias gera uma crescente demanda por intervenção por parte das Forças Armadas. Isto decorre do fato dos militares demonstrarem capacidades operacionais e características organizacionais necessárias para alcançar os objetivos das operações humanitárias: o alívio do sofrimento humano e a restauração da estabilidade do ambiente afetado. O financiamento e a manutenção das Forças Armadas são responsabilidade do governo federal, com recursos alocados no orçamento da Defesa, permitindo que cada Força administre os recursos de acordo com suas necessidades. Motivados pela carência de estudos que quantifiquem os custos das operações militares em ações subsidiárias, este artigo se concentra na análise da participação do Brasil por meio de suas Forças Armadas em diferentes missões humanitárias, examinando os dados orçamentários alocados para essa missão. Observou-se que, mesmo com a existência da Lei de acesso à informação, a divulgação detalhada do orçamento ainda apresenta lacunas, o que dificulta a contabilização precisa dos custos associados à atuação brasileira nessa missão e, por extensão, em operações humanitárias em geral.

Palavras-chave: Economia de Defesa. Logística de operações humanitárias. Forças Armadas. Gastos militares. Brasil.

Abstract: The constant recurrence of humanitarian crises generates a growing demand for intervention by the Armed Forces. This is due to the fact that the military demonstrates



operational capabilities and organizational characteristics necessary to achieve the objectives of humanitarian operations: the relief of human suffering and the restoration of stability in the affected environment. The funding and maintenance of the Armed Forces are the responsibility of the federal government, with resources allocated in the Defense budget, allowing each branch to manage resources according to their needs. Motivated by the lack of studies quantifying the costs of military operations in subsidiary actions, this paper focuses on analyzing Brazil's participation through its Armed Forces in different humanitarian missions, examining the budget data allocated to these missions. It was observed that, even with the existence of the access information law, detailed budget disclosure still has gaps, making it difficult to accurately account for the costs associated with Brazil's involvement in this mission and, by extension, in humanitarian operations in general.

Keywords: Defense economy. Humanitarian logistics operations. Armed Forces. Military expenses. Brazil.

Introdução

Militares são constantemente acionados para socorrer a população em situações de crise devido à sua caracterização como uma instituição ambidestra, capaz de executar tanto sua atividade-fim, relacionada à Defesa da pátria, quanto suas atividades subsidiárias, que envolvem suporte humanitário em situações de crise. Essa capacidade de adaptação rápida a diferentes cenários e ambientes, juntamente com a eficiência demonstrada em suas operações cotidianas, reflete suas capacidades únicas ao equilibrar a eficiência operacional com a capacidade de resposta rápida em situações de emergência ou combate ⁽¹⁾.

No contexto internacional, a utilização de recursos militares é determinada conforme as diretrizes civis-militares para situações de emergência complexa ⁽²⁾, e o princípio de último recurso ⁽³⁾. Isso é feito com base em critérios que envolvem a capacidade única, a oportunidade, o enfoque humanitário e a limitação de tempo de atuação. O Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) estabelece orientações por meio da sua publicação intitulada "Diretrizes Civis-Militares e Referência para Emergências Complexas", as quais direcionam a implementação e a hierarquização desse tipo de assistência. O Coordenador Residente das Nações Unidas, um funcionário civil da ONU da nação onde a ação ocorreu, ou o Representante Especial do Secretário-Geral, responsável pela missão de paz no país, são os encarregados de solicitar esse auxílio ⁽²⁾.

As atribuições militares são de responsabilidade exclusiva do Estado e, devido à sua natureza estatal, são financiadas por meio do orçamento público ⁽⁴⁾. No entanto, em relação ao financiamento público da Defesa em 2001, 80% dos gastos realizados pela União foram



destinados ao pagamento de dívidas, despesas com pessoal e pensões, restando apenas 20% do montante para ser efetivamente alocado nas atividades das Forças Armadas, tanto em sua missão principal de Defesa da pátria quanto em suas atividades subsidiárias ⁽⁵⁾.

O custeio da Defesa Nacional fica a cargo da União, mais precisamente, na esfera do Ministério da Defesa, onde é destinado o percentual de 2% PIB na lei orçamentária anual para ser subdividido dentro das Forças para atendimento de suas necessidades, sendo esse valor estabelecido pela Estratégia Nacional de Defesa (END).

O controle de custos desempenha um papel fundamental na gestão de recursos, pois ele é essencial para estabelecer credibilidade na transparência das informações fornecidas à sociedade. Em 2008, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) foram introduzidas para padronizar as práticas e procedimentos contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, permitindo a comparação de informações. Como resultado, traduções das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS), com objetivos semelhantes aos da NBCASP, foram adotadas. Além disso, o Sistema de Informação de Custos do Setor Público - NBCT 16.11 foi aprovado, estabelecendo diretrizes para a mensuração de custos no setor público. Isso foi complementado pelo Subsistema de Informação de Custos do Setor Público - SICSP, que desempenha um papel crucial no registro, processamento e divulgação dos custos dos bens e serviços produzidos e disponibilizados à sociedade pelo setor público. Essas iniciativas visam promover a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos ⁽⁶⁾.

Neste contexto, o presente estudo teve como propósito analisar a alocação de recursos financeiros pelas Forças Armadas brasileiras relacionada ao provisionamento de suas capacidades (pessoal e equipamentos) destinados a atender demandas de natureza humanitária. A pesquisa justifica-se pela incipiência de trabalhos referentes ao tema orçamento de Defesa *versus* operações humanitárias. Estudos existentes que tratam do tema em questão analisam-no de maneira integrada às demais atividades das Forças Armadas, abrangendo tanto sua atividade principal relacionada à Defesa da pátria quanto às atividades subsidiárias.

As informações orçamentárias relacionadas a missões humanitárias das Forças Armadas apresentam-se dispersas em relatórios e publicações de diferentes órgãos governamentais. Para coletar dados pertinentes ao tema, foram consultados o banco de dados do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), o sistema de



informação de orçamento federal (SIOP), o Diário Oficial da União (DOU) e os portais oficiais dos Comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, e do Ministério da Defesa, no período compreendido entre 2000 a 2022.

Metodologia

Esta pesquisa assume uma abordagem mista, combinando elementos qualitativos e quantitativos em uma abordagem de natureza exploratória com objetivos analíticos. O procedimento técnico adotado baseia-se em pesquisa documental. A coleta de dados relacionados ao tema foi realizada por meio da consulta a diferentes fontes, incluindo o banco de dados do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), o Diário Oficial da União (DOU) e os portais oficiais dos Comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, e do Ministério da Defesa, abrangendo o período de 2000 a 2022.

A análise dos dados foi feita a partir de sua organização em planilhas do *software* Microsoft Excel, adotando a estratégia contábil de utilizar como referência o montante efetivamente pago, em detrimento do valor empenhado, liquidado, ou das dotações inicial e corrente, conforme definido pela contabilidade específica de cada ação. Posteriormente, foi elaborada uma tabela dinâmica utilizando e classificando as informações relativas à missão, os valores associados e os anos pertinentes. Após a conclusão da tabela dinâmica, foi realizada a conversão para formato tabular a fim de facilitar a visualização.

Resultados e Discussões

Militares e Assistência Humanitária

A participação de militares no contexto de suporte humanitário, historicamente foi identificada durante a Crise da Abissínia (1935-1936), quando a Itália tentou anexar a Etiópia (conhecida como Abissínia) a suas colônias e no transporte aéreo de Berlim (1948), por meio do qual as forças aliadas ocidentais superaram o bloqueio imposto pela União Soviética a Berlim, fornecendo alimentos e outros suprimentos à cidade ⁽⁷⁾.

Essa participação tem evoluído ao longo do tempo, na qual o emprego é feito por estratégias pré estabelecidas, como o *Comprehensive Approach*, ou seja, ambiente



caracterizado pela cooperação mútua de políticos, civis e militares com foco na estabilidade da situação. Nesse contexto, militares e agências de ajuda humanitária convivem no mesmo espaço humanitário, entendido como, ambiente no qual há o desenvolvimento do planejamento e da execução de ações que tem por objetivo primordial a redução do sofrimento humano e de perdas de vidas humanas ocasionadas por situações adversas ⁽⁷⁾.

A utilização das Forças Armadas em tais atividades é regulamentada no Brasil pela Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que estabelece diretrizes gerais para a organização, preparação e emprego das Forças Armadas em ações subsidiárias. Além disso, a Política Nacional de Defesa ressalta a importância das medidas relacionadas à segurança nacional, destacando a necessidade de aprimoramento da capacidade das Forças Armadas para desempenhar papéis crescentes em operações humanitárias ⁽⁸⁾.

Sendo o Brasil um país sem ameaças, o atual emprego das Forças Armadas é respaldado, dentre alguns itens, como apoio à preservação do tecido societal, voltados a atividades de mitigação dos efeitos de desastres naturais ou provocados e envolvimento em ações humanitárias. ⁽⁹⁾.

A partir de uma pesquisa em que listou mais de 300 *stakeholders* relacionados à logística e operações humanitárias, identificaram-se três grupos distintos que compõem os principais atores envolvidos. Estes grupos incluem a sociedade, representada pela rede de ajuda internacional, doadores e a rede local de assistência; o setor privado, composto pelo setor privado em si, fornecedores diretos e mídia; e o setor público, que abrange as instituições militares, o Governo, o Poder Legislativo e órgãos regulatórios ⁽¹⁰⁾.

A presença de militares em áreas afetadas por situações que requerem assistência humanitária desempenha um papel fundamental na orientação de outros atores envolvidos nesse contexto, proporcionando um ambiente de neutralidade política durante a prestação desse auxílio, bem como os benefícios associados à atuação militar em termos da imagem pública do país que oferece essa assistência. Tal atuação é considerada uma atividade diplomática de grande relevância ⁽¹¹⁾.

Economia de Defesa

A economia de Defesa é conceituada como dependente de três fatores fundamentais do ponto de vista econômico. Primeiramente, a segurança nacional está condicionada à



quantidade de recursos disponíveis tanto no presente quanto no futuro. Em segundo lugar, a proporção de recursos alocados para fins de segurança nacional desempenha um papel crucial. Por fim, a eficiência na utilização dos recursos alocados é um aspecto determinante. Portanto, a economia de Defesa se baseia na gestão ótima desses três elementos para garantir a segurança nacional de forma sustentável ⁽¹²⁾.

Complementando a primeira definição, o tema da economia de Defesa é mais amplamente definido como "o estudo da alocação de recursos, fluxo de renda, crescimento econômico e estabilização aplicada a tópicos relacionados à Defesa". Enquanto a primeira definição aborda aspectos macroeconômicos, a segunda incide sobre questões microeconômicas que englobam a eficiência na utilização e alocação dos recursos orçamentários destinados à Defesa ⁽¹³⁾. Ambas as perspectivas, macro e microeconômicas, são fundamentais para compreender a dinâmica econômica que sustenta as atividades de Defesa e segurança nacional.

Os campos de interesse da economia de Defesa, relacionados à logística humanitária e às atribuições das Forças Armadas, abrangem diferentes áreas. Isso inclui a análise de ameaças não governamentais, questões de refugiados e tensões étnicas e religiosas. Além disso, a economia de Defesa se concentra na otimização e eficiência na composição e nível das Forças Militares, bem como nas questões de mobilização, recuperação e reconstituição das Forças pós-missões designadas ⁽¹⁴⁾.

No contexto brasileiro, o Livro Branco de Defesa Nacional desempenha um papel fundamental ao expor a missão e as tarefas das Forças Armadas, ao mesmo tempo em que destaca suas potencialidades operacionais. Especificamente, o Livro dedica um capítulo exclusivo à economia de Defesa, abordando programas orçamentários relacionados à Defesa e as alocações realizadas pelo governo. Além disso, o Livro Branco destaca iniciativas de alinhamento estratégico junto à Organização das Nações Unidas (ONU) como parte de seus esforços para fortalecer a Defesa Nacional ⁽¹⁵⁾.

Orçamento de Defesa direcionado a operações humanitárias

A alocação eficiente de recursos escassos em operações complexas de logística humanitária apresenta desafios significativos, uma vez que os custos associados muitas vezes só podem ser adequadamente mensurados após a implementação da cadeia de



suprimentos. Embora a previsão de recursos seja uma etapa essencial, não garante a disponibilidade do financiamento necessário para tais operações. Um exemplo emblemático dessa situação ocorreu após o terremoto no Haiti, no qual, seis meses após o desastre catastrófico, apenas 60% do financiamento destinado ao socorro humanitário havia sido garantido ⁽¹⁶⁾.

Conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ⁽¹⁷⁾, verifica-se que, em média, a cada 1 dólar investido em ajuda humanitária, 10 dólares são direcionados para o orçamento militar. No contexto brasileiro, esses recursos são alocados de forma integral para as Forças Armadas, sem uma distinção específica para atividades humanitárias. Essa proporção é ainda mais acentuada nos países do Grupo dos Sete (G7), com alocações de quatro a 25 vezes mais recursos no orçamento militar em comparação com gastos em ajuda humanitária. Essa disparidade notável é observada, por exemplo, nos Estados Unidos (25 vezes mais), Grécia (19 vezes mais), Itália (10,8 vezes mais), Portugal (10 vezes mais), Reino Unido (8,3 vezes mais), Austrália (7,6 vezes mais) e França (6,3 vezes mais). Além desses, outros países, como Canadá, Alemanha, Nova Zelândia e Espanha, também apresentam orçamentos militares pelo menos cinco vezes superiores aos gastos em ajuda humanitária.

Em uma análise feita em 228 periódicos acadêmicos que faziam menção ao termo "custo" em seus conteúdos, apenas 17 artigos apresentaram informações pertinentes sobre os custos logísticos no contexto humanitário. Essa constatação revela uma lacuna significativa no tratamento desse tema, que, quando abordado, muitas vezes carece de uma conexão específica com a atuação das Forças Armadas ⁽¹⁸⁾.

A relevância de abordar esse tema no contexto da economia de Defesa não se restringe apenas à motivação humanitária; os atores militares em missões humanitárias também podem avançar em suas agendas estratégicas de segurança em tais cenários ⁽¹⁹⁾. No período de 2000 a 2015, o Atlas do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) ⁽²⁰⁾ registra a participação do Exército Brasileiro (EB), da Força Aérea Brasileira (FAB) e da Marinha do Brasil (MB) em missões humanitárias. No entanto, a análise revela a ausência de estimativas financeiras, provisão de recursos ou informações sobre o órgão financiador dessas operações humanitárias. A falta de dados detalhados sobre os custos associados a essas missões dificulta a avaliação precisa do impacto financeiro e da eficiência na alocação de recursos em operações de cunho humanitário.

**Quadro 1: Participação das FA em auxílio humanitário entre 2000 e 2015**

Ano	Natureza	Local	Missão	Objetivo
2015	Missão Militar	Salvador - BA	Auxílio a áreas afetadas por chuvas	Auxiliar retirada de moradores de áreas afetadas por chuvas e com risco de deslizamento
2015	Missão Militar	Xanxerê - SC	Auxílio a cidade afetada por tornado	Auxílio a cidade afetada por tornado
2012	Missão militar	Estado do Acre	Auxílio à população afetada por enchentes	Auxílio na retirada de moradores isolados pela água
2011	Operações de Paz	Missão de Paz das Nações Unidas no Sudão (UNMISS)	Missão de Paz	Estabilização do País
2010	Missão Militar	Estado de Alagoas	Auxílio a vítimas de chuvas	Auxílio nas buscas por desaparecidos em decorrência das fortes chuvas no estado. Instalação de hospitais de campanha e transporte de donativos.
2010	Missão Militar	Estado do Rio de Janeiro	Auxílio a vítimas de chuvas	Auxílio a vítimas das chuvas e atendimento a feridos em hospitais de campanha no município de São Gonçalo. Reforço no trabalho de resgate de corpos soterrados em morros por militares do EB e MB
2006	Operações de Paz	Missão de Paz no Timor Leste (UNMIT)	Missão de Paz	Estabilização do País
2006	Operações de Paz	Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL)	Missão de Paz	Estabilização do país
2004	Operações de Paz	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)	Missão de Paz	Estabilização do país
2003	Operações de Paz	Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL)	Missão de Paz	Estabilização do País
2000	Operações de Paz	Missão das Nações Unidas na Etiópia e na Eritreia (UNMEE)	Missão de Paz	Estabilização do País

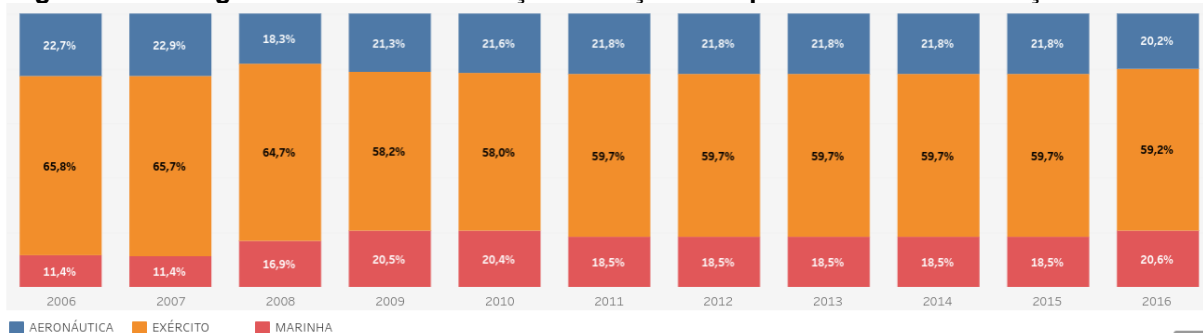
Fonte: Compilado de GEDES ⁽²⁰⁾.

Destaca-se, dentro do listado no quadro 3, especificamente a atuação da FAB ⁽²¹⁾.

- A) Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS): FAB desenvolve o planejamento e a coordenação do emprego de meios aéreos disponíveis, tanto no apoio de reconhecimento aéreo como, também, no transporte logístico;
- B) Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO): FAB é responsável por gerenciar temas relacionados aos direitos humanos (campanhas de prevenção contra o abuso infantil, exploração sexual, violência relacionada a conflitos);
- C) Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNISFA) e na Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO): militares da Força Aérea atuam na interação com a população e como Observadores Militares, no cumprimento dos termos estabelecidos nas respectivas resoluções do Conselho de Segurança da ONU.

A análise dos recursos alocados para missões humanitárias revela uma tendência interessante. O Brasil tem ampliado sua participação em missões humanitárias, tanto em operações internas quanto externas. No entanto, os recursos disponíveis para essas operações permanecem relativamente estáveis, com variações mínimas. A Figura 1 ilustra a distribuição orçamentária entre os grupos das Forças Armadas.

Figura 1: Contingenciamento e distribuição de orçamento para as diferentes Forças Armadas



Fonte: Compilado de GEDES (2022) ⁽²⁰⁾.

A partir dos dados expostos, infere-se que as Forças Armadas Brasileiras fomentam o *accountability* na administração pública, diante da crescente exigência da sociedade por transparência na gestão racional de recursos. Tal eficiência inclui uma dimensão ética de autorresponsabilidade, assegurando que a administração pública se oriente pelos princípios de sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos.



Análise dos gastos militares em operações humanitárias

No período de 2000 a 2022, o Ministério da Defesa alocou recursos destinados a ações de logística humanitária com a participação das Forças Armadas. Destaca-se que as Leis federais nº 12.096, de 2009 e 12.409, de 2011, relacionadas à subvenção econômica em operações de financiamento no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) do Programa Emergencial de reconstrução de municípios afetados por desastres naturais, representaram os maiores quantitativos financeiros. É importante ressaltar que essa atuação interna não se alinha com uma agenda estratégica, mas sim com as diretrizes da doutrina das atividades subsidiárias das Forças Armadas, que incluem a assistência em desastres naturais.

Observa-se que a primeira Lei Orçamentária relacionada é datada de 2009, embora só tenha sido registrada a partir de 2017, como indicado na tabela 1, que lista os principais investimentos ao longo dos últimos 22 anos, a saber.

Tabela 1 - Total imobilizado em ações das FA em logística humanitária

Missão	Total de gasto	Período
000K - Subvenção Econômica em Operações de Financiamento no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento - PSI e do Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais (Leis nº 12.096, de 2009 e nº 12.409, de 2011)	R\$ 8.532.406.902	2017 a 2022
20XK - Logística Militar Terrestre	R\$ 1.289.222.838	2013 a 2019
09AK - Missão das Nações Unidas para o Haiti	R\$ 142.465.197	2004
09LO - Missão das Nações Unidas para o Haiti (Crédito Extraordinário)	R\$ 139.399.820	2005 a 2006
09LO - Missão das Nações Unidas para o Haiti	R\$ 107.773.248	2007



20X0 - Cooperação Humanitária Internacional e Participação da Sociedade Civil	R\$	91.269.776	2013 a 2022
6002 - Missão das Nações Unidas para o Timor Leste	R\$	24.332.125	2000 a 2002
0233 - Compromissos Decorrentes da Missão de Observadores Militares - Equador / Peru - MOMEPE	R\$	16.949.913	2001
09AJ - Missão das Nações Unidas para o Timor Leste	R\$	12.589.121	2004
2D27 - Operação Emergencial Brasileira na Área de Conflito no Líbano	R\$	11.289.366	2006
21C1 - Assistência emergencial e acolhimento humanitário de pessoas advindas da República Bolivariana da Venezuela	R\$	9.201.090	2020
09LN - Apoio à Operação de Ajuda Humanitária aos Países da Ásia Atingidos pelo Maremoto (Crédito Extraordinário)	R\$	4.744.141	2005
0A06 - Participação Brasileira em Missões de Paz (Crédito Extraordinário)	R\$	1.995.677	2005
4578 - Mobilização e Manutenção do Grupo de Apoio a Desastres	R\$	228.693	2009 a 2010
12HV - Transporte de Aeronave e Insumos para Ajuda Humanitária ao Senegal no Combate à Praga de Gafanhotos (Crédito Extraordinário)	R\$	166.319	2004
8174 - Apoio à assistência humanitária internacional	R\$	8.152	2009

Fonte: Compilado do banco de dados SIOP (2023) ⁽²²⁾.

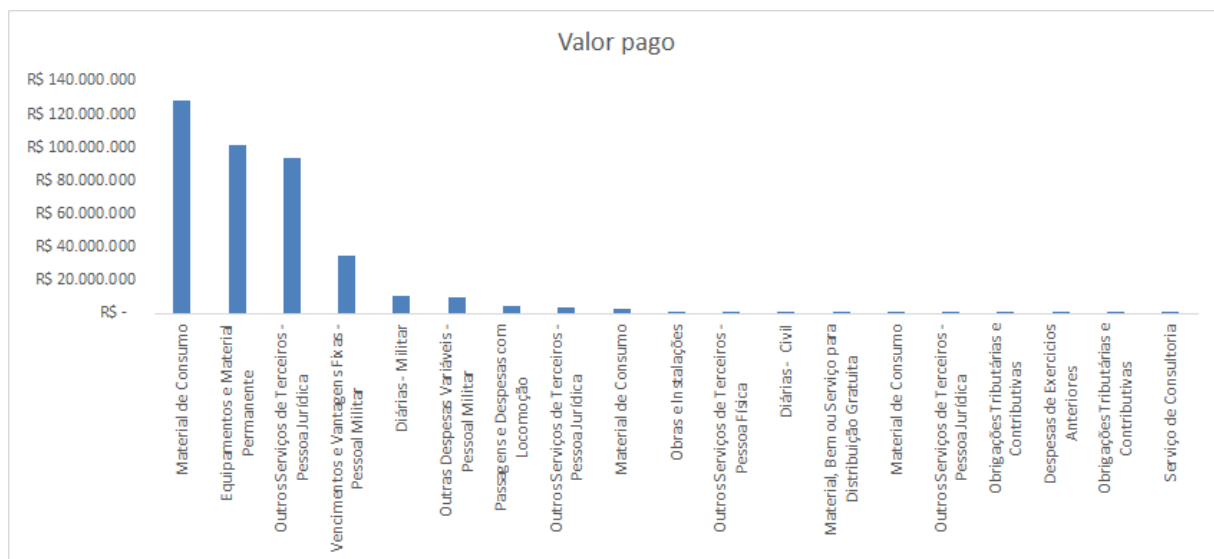
Na análise da tabela anteriormente apresentada, observa-se que nos anos de 2003, 2008, 2011 e 2012 não foram alocados recursos financeiros direcionados à execução de

ações humanitárias. Esta conclusão baseia-se em considerar como parâmetro o valor pago e não o valor empenhado, liquidado, ou sua dotação inicial e atual, de acordo com a definição contábil de cada ação.

Para analisar detalhadamente o orçamento militar voltado a operações humanitárias, foi escolhido como base de análise a Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH), onde o Brasil, por meio de suas Forças Armadas, participou, coordenando ações no país. A escolha desta operação especificamente se dá pela importância da atuação do país frente a demandas humanitárias e por ser o terceiro orçamento listado como de maior empenho ao assunto abordado.

Os valores apresentam maior gasto com material de consumo, seguido por equipamentos e materiais permanentes e outros serviços terceiros de ordem jurídica. Os gastos com pessoal vêm em quarta posição, tendo os demais itens apontados pequenas quantias pagas, conforme apresentado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Valores pagos referentes ao MINUSTAH

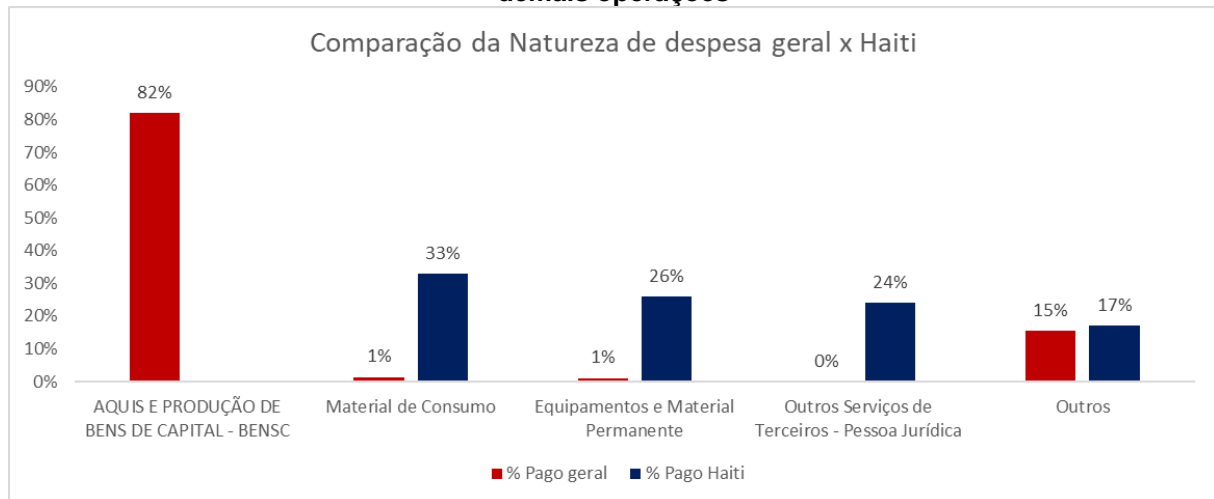


Fonte: Os autores (2023).

Em comparação a outras operações de cunho humanitário onde houve alocação de recursos das Forças Armadas, percebe-se a discrepância da natureza das despesas em relação às operações. Mesmo tendo finalidades diferentes, a atuação de militares em operações humanitárias é pautada em atividades específicas, surgindo assim a incógnita

frente ao aproveitamento dos recursos provisionados. Não há um padrão do uso de recursos na operação humanitária do Haiti frente às demais missões abordadas no período de 2000 a 2022, conforme gráfico 2.

Gráfico 2 - Comparação da natureza de despesas na operação humanitária do Haiti versus demais operações



Fonte: Os autores (2023).

A forma como estes recursos foram alocados se deve a influência de diferentes fatores, incluindo a duração da operação. A participação do Brasil na MINUSTAH perdurou por 13 anos, e demandou investimentos contínuos em material e equipamentos. Fatores logísticos também influenciaram a alocação destes recursos, uma vez que esta operação de manutenção da paz foi desencadeada após a ocorrência de desastre natural que assolou o país, o que elevou os custos de transporte e distribuição de suprimentos devido a destruição de sua infraestrutura.

Considerações Finais

Apesar do aumento da participação das Forças Armadas em operações de ajuda humanitária ao longo dos anos, a falta de dados abrangentes sobre os custos dessas operações, quando envolvem esse ator indispensável, é notável. Estudos e discussões relacionados à presença militar em contextos humanitários geralmente se concentram em tópicos como coordenação da cadeia de suprimentos, regulamentação, desafios logísticos e



as restrições inerentes a essa atuação. No entanto, a análise detalhada dos custos envolvidos nessas operações é muitas vezes negligenciada.

O custo real das operações humanitárias onde atores militares estão envolvidos, com a atual metodologia adotada e disposta para consulta pública, não dispõe de informações completas para a mensuração de valores investidos no alívio ao sofrimento humano, ou no restabelecimento da ordem social originada por uma crise. Mesmo se tendo fontes confiáveis e o compromisso dos governos por meio de seus ministérios com a transparência na prestação de contas, há dificuldades na captação de dados financeiros referente a atuação militar nestes eventos.

Essa lacuna de informação interfere na contabilização final dos custos alocados para estas operações, dificultando a provisão e contingenciamento de recursos para estes fins frente a eventos humanitários futuros, uma vez que eventos desta ordem são cada vez mais recorrentes e o conhecimento total destes custos impactará no planejamento de preparação à resposta a eventos de ordem natural ou planejamento e contingenciamento de recursos para missões de paz futuras.

Além da importância da mensuração financeira destas diligências e seu impacto nos custos usuais de cada instituição, conhecimento prévio destes valores, mesmo que em estimativas, incrementaria de forma positiva o processo de arrecadação de doadores, para a operacionalização destes tipos de demandas, e no âmbito militar, para melhor aproveitamento do orçamento.

É evidente que os custos associados à participação de militares em operações humanitárias superam os custos de atores civis. Os gastos com prontidão constante, aquisição, manutenção e sustentação de tropas já estão previstos no orçamento anual destinado às forças militares. Essa realidade dificulta a quantificação precisa destes custos, uma vez que os recursos já estão alocados para as atividades militares regulares, tornando complexa a separação e mensuração dos custos específicos das operações humanitárias.

Recomenda-se para estudos futuros a criação de uma linha do tempo com eventos brasileiros onde a ação militar em suporte a Defesa Civil e a outros atores no cenário de operações humanitárias foi requisitado, mensurando a cada evento seu efetivo, equipamentos e demais capacidades disponibilizadas para as operações desta natureza, tendo clareza nos dados disponibilizados e de fácil manipulação para conciliação.



Referências

- 1 Narayanan, A. Altay N. Ambidextrous humanitarian organizations. *Annals of Operations Research*, 2021. DOI: 10.1007/s10479-021-04370-z.
- 2 Ocha. Directrices sobre el uso de recursos militares y de la defensa civil extranjeros en operaciones de socorro en casos de desastre - Diretrizes de Oslo. 2007.
- 3 Ocha. *Civil-Military Guidelines & Reference for Complex Emergencies*. (Vol 1234). Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, Nova York. 2008.
- 4 Matos PO. Atuação estatal e programas militares aeroespaciais: um estudo de fatores que afetaram a implementação de programas da Aeronáutica. *Revista Brasileira De Estudos Estratégicos*. 2014;1:39-58.
- 5 Pederiva JH. A Defesa brasileira e o orçamento. *Security and Defense Studies Review*. 2004;3(2):114-134. [cited 2023 out 27]. Available from: <http://www.ndu.edu/chds/journal>.
- 6 Ramos LA, Raup FM. Sistematização dos custos da defesa civil de Santa Catarina. *Revista Brasileira de Administração Científica*. 2020;11(1):92-110. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-684X.2020.001.0008>.
- 7 Metcalfe V, Haysom S, Gordon S. Trends and challenges in humanitarian civil-military coordination: A review of the literature. HPG Working Paper. London:ODI. 2012.
- Metcalfe V, Haysom S, Gordon S. Trends and challenges in humanitarian civil-military coordination: A review of the literature. Humanitarian Policy Group, Overseas Development Institute; 2012. ISBN: 978-1-907288-74-6.
- 8 Reis FA. Military Logistics in Natural Disasters: The Use of the NATO Response Force in Assistance to the Pakistan Earthquake Relief Efforts. 2018 Jan;40(1):73–96. DOI: 10.1590/S0102-8529.2017400100004.
- 9 Cardoso FA. Modelagem Multiobjetivo para Dimensionamento de Recursos em Suporte a Operações de Fiscalização em Fronteiras [tese]. São José dos Campos, SP: Instituto Tecnológico de Aeronáutica; 2019.
- 10 Fontainha TC, Leiras A, Bandeira RA, Scavarda LF. Public-private-people relationship stakeholder model for disaster and humanitarian operations. *International Journal of Disaster Risk Reduction*. 2017;22:371–386.
- 11 Malešič M. The impact of military engagement in disaster management on civil-military relations. *Current Sociology*. 2015;63(7):980-998.
- 12 Hitch CJ, McKean RN. *The economics of defense in the nuclear age*. Cambridge, MA: Harvard University Press; 1960.



- 13 Hartley K, Sandler T. Introduction. In: Hartley K, Sandler T, editors. Handbook of Defense Economics. Vol. 1. Amsterdam: North-Holland; 1995. p. 1-11.
- 14 McGuire M. Defense economics and international strategy. In: Hartley K, Sandler T, editors. Handbook of Defense Economics. Vol. 1. Amsterdam: North-Holland; 1995. p. 14-43.
- 15 Livro Branco de Defesa Nacional de 2012, Brasília: Ministério da Defesa do Brasil, 2012.
- 16 Ocha. Haiti Humanitarian Bulletin # 7, July. 2010.
- 17 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Human Development Report 2005. PNUD.
- 18 Hein C, Behrens F, Lasch R. Insights on the Costs of Humanitarian Logistics: A Case Study Analysis. Logistics Research. 2020;13(3).DOI:10.23773/2020_3.
- 19 Poole L. Counting the cost of humanitarian aid delivered through the military. BRIEFING. Development Initiatives. 2013.
- 20 Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional. Gedes, Unesp. Produtos. 2023. [cited 2023 out 27]. Available from:<https://gedes-unesp.org/>.
- 21 Força Aérea Brasileira. FAB participa de cinco missões de paz da ONU pelo mundo. Agência Força Aérea. Ministério da Defesa; 2021.
- 22 SIOP. Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal. [cited 2023 out 27]. Available from: <https://www.siop.planejamento.gov.br/siop/>.



10.31072/rcf.v14i2.1374

Este é um trabalho de acesso aberto e distribuído sob os Termos da *Creative Commons Attribution License*. A licença permite o uso, a distribuição e a reprodução irrestrita, em qualquer meio, desde que creditado as fontes originais.



Open Access